

A inserção das mulheres no mercado de trabalho metropolitano

De maneira geral, as mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho. A ausência de equidade entre os sexos na inserção ocupacional fica particularmente evidenciada, quando se observam a exposição ao desemprego, a qualidade das ocupações em que as mulheres estão inseridas e a remuneração percebida. Este último indicador mostra uma situação generalizada de ganhos inferiores para a mão de obra feminina, qualquer que seja o recorte analítico que se faça — considerando os níveis de escolaridade ou qualificação profissional, o tipo de contrato de trabalho ou a forma de inserção na ocupação, a idade, etc. —, reiterando, no âmbito do trabalho, a posição de desvantagem em que as mulheres se encontram na sociedade. Essa presença permanente de diferenciais de ganhos, mesmo quando as condições de exercício da atividade se equiparam, desnuda as reais determinações das desigualdades e remete a discussão ao âmbito mais geral do estado atual das relações sociais entre os sexos.

Atualizar os indicadores sobre a inserção feminina no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), salientando as particularidades do engajamento das mulheres no mercado laboral regional, constitui o principal objetivo deste **Boletim Especial Mulheres**. Atenção particular será dedicada aos indicadores de rendimentos do trabalho entre os sexos, que, para além de refletirem com clara nitidez a discriminação das mulheres no mercado de trabalho, trazem importantes elementos para pensar políticas capazes de alterar essa condição.

A fonte de informações utilizada foi a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) no período 2011-12.

DESEMPENHO DO MERCADO DE TRABALHO IMPACTOU, DE FORMA MAIS VIRTUOSA, A FORÇA DE TRABALHO FEMININA

Introdução

De acordo com as informações da PED-RMPA, o mercado de trabalho regional apresentou comportamento positivo em seus principais indicadores, na comparação com o ano anterior. Todavia, dada a relativa desaceleração do nível da atividade econômica, a melhora nos principais indicadores ocorreu em ritmo menor, quando comparado ao de 2011.

O nível de ocupação na RMPA aumentou pelo nono ano consecutivo, chegando a 1.771 mil trabalhadores em 2012, com a absorção de mais 13 mil pessoas. A variação positiva de 0,7% no contingente de ocupados foi menos intensa do que a registrada nos dois anos anteriores. O destaque no desempenho do nível ocupacional foi o crescimento do assalariamento no setor privado com carteira de trabalho assinada.

Como o aumento do nível ocupacional (0,7%) foi levemente superior ao da População Economicamente Ativa (PEA) – (0,4%), ocorreu declínio da taxa de desemprego total, que atingiu 7,0%, situando-se no mais baixo patamar anual da série histórica da PED-RMPA.

O rendimento médio real dos ocupados, por seu turno, apresentou elevação mais modesta do que no ano anterior, mantendo, no entanto, a trajetória de recuperação iniciada em 2005.

Esses movimentos impactaram diferenciadamente a força de trabalho. A ocupação cresceu apenas para a força de trabalho feminina (14 mil ocupadas a mais), reduzindo o contingente de desempregadas. A redução do desemprego verificou-se tanto entre as mulheres como entre os homens, mas apresentou um decréscimo maior entre as mulheres. O rendimento médio real, no entanto, ficou relativamente estabilizado entre as mulheres, enquanto o dos homens cresceu, resultando na ampliação da desigualdade de renda entre os sexos (Tabelas A e G).

Tabela A

Estimativa e distribuição da População Economicamente Ativa, da População Ocupada e Desempregada, segundo o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011 e 2012

Condição de Atividade	2011			2012			Variação Absoluta		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Estimativas (em 1.000 pessoas)									
População Economicamente Ativa	1.896	1.024	872	1.904	1.021	883	8	-3	11
Ocupados	1.758	961	797	1.771	960	811	13	-1	14
Desempregados	138	63	75	133	61	72	-5	-2	-3
Distribuição (%)									
População Economicamente Ativa	100,0	54,0	46,0	100,0	53,6	46,4	-	-	-
Ocupados	100,0	54,7	45,3	100,0	54,2	45,8	-	-	-
Desempregados	100,0	45,6	54,4	100,0	46,1	53,9	-	-	-

FONTE: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

NOTA: Estimativas atualizadas em set./12; ver Nota Técnica nº 2.

A participação das mulheres no mercado de trabalho da RMPA, em 2012

1 - A População Economicamente Ativa (PEA) feminina, que corresponde à parcela da População em Idade Ativa (PIA) feminina que se encontra ocupada ou desempregada, evidenciou acréscimo de 1,3%, passando para 883 mil pessoas. A taxa de participação feminina (proporção das mulheres com idade para trabalhar que se encontram efetivamente no mercado de trabalho, na condição de ocupadas ou desempregadas) ficou praticamente estabilizada, passando de 49,3% da PIA feminina em 2011 para os 49,4% atuais. Entre os homens, esse indicador apresentou retração, passando de 65,9% da PIA masculina em 2011 para 65,7% no ano em análise (Tabelas A e B).

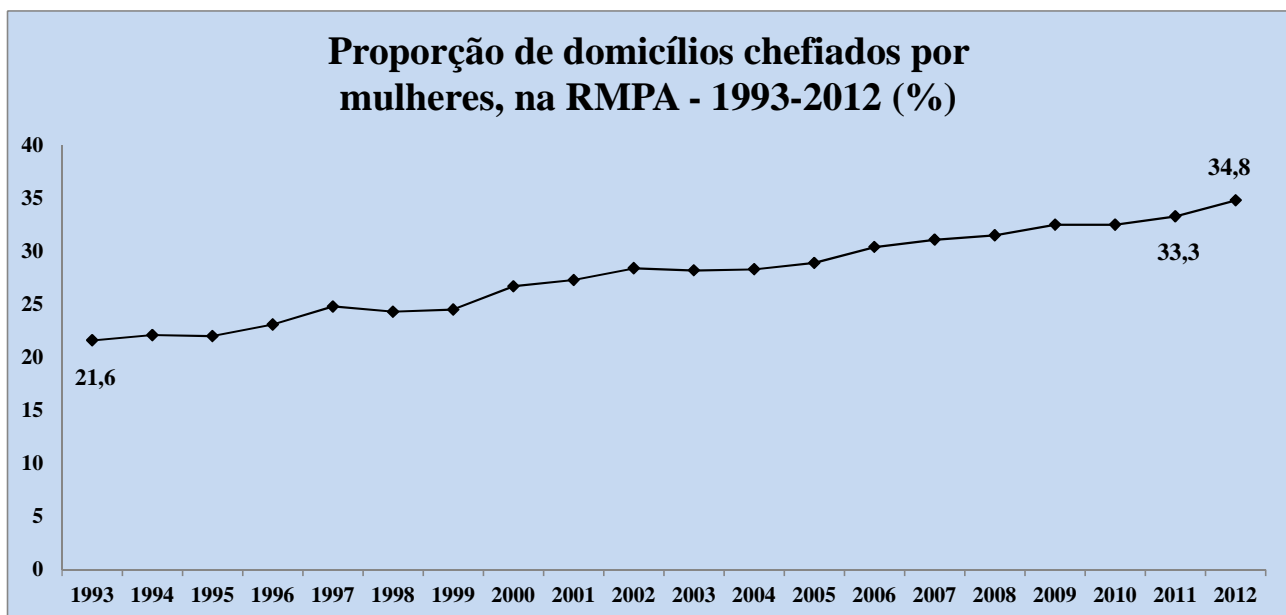
Tabela B

Taxas de participação, por sexo, na RMPA - 2011 e 2012

Sexo	Em porcentagem		
	2011	2012	Variação Relativa 2012/2011
Total	57,1	57,0	-0,2
Homens	65,9	65,7	-0,3
Mulheres	49,3	49,4	0,2

FONTE: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

2 - Cabe apontar que a relativa estabilidade da taxa de participação feminina, ao interromper um movimento de retração verificado nos dois anos anteriores, pode indicar uma retomada da tendência de crescimento que marcou as últimas décadas, acompanhando o crescimento da proporção de domicílios chefiados por mulheres na RMPA. De fato, essa proporção cresceu de 21,6% em 1993 para 33,3% em 2011 e, agora, para os atuais 34,8% do total de domicílios da Região. É importante destacar que, nesses domicílios, o rendimento do trabalho da mulher chefe constitui o principal, senão o único, componente da renda familiar. Nesse sentido, a mulher que os chefia tem um alto grau de dependência do mercado de trabalho (revelada pelas taxas de participação mais elevadas), pois seu rendimento representa, em média, mais de 80% do total da renda familiar (Gráfico 1).



FONTE: PED - RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Taxa de desemprego diminuiu mais para as mulheres

3 - O desempenho do mercado de trabalho regional impactou, de forma mais virtuosa, a força de trabalho feminina, provocando uma redução maior da taxa de desemprego das mulheres frente à observada na taxa de desemprego masculina. A taxa de desemprego diminuiu 0,5 ponto percentual para as primeiras, passando de 8,7% da PEA feminina para 8,2% entre 2011 e 2012. No período em questão, também a taxa de

desemprego masculina diminuiu, porém em menor medida (-0,2 ponto percentual), passando de 6,2% da PEA masculina em 2011 para 6,0% em 2012. Esses movimentos provocaram uma redução da proporção de mulheres no contingente em desemprego (de 54,4% dos desempregados em 2011 para 53,9% em 2012), mantendo-se, todavia, a predominância das mesmas nessa condição de atividade (Tabelas A e C).

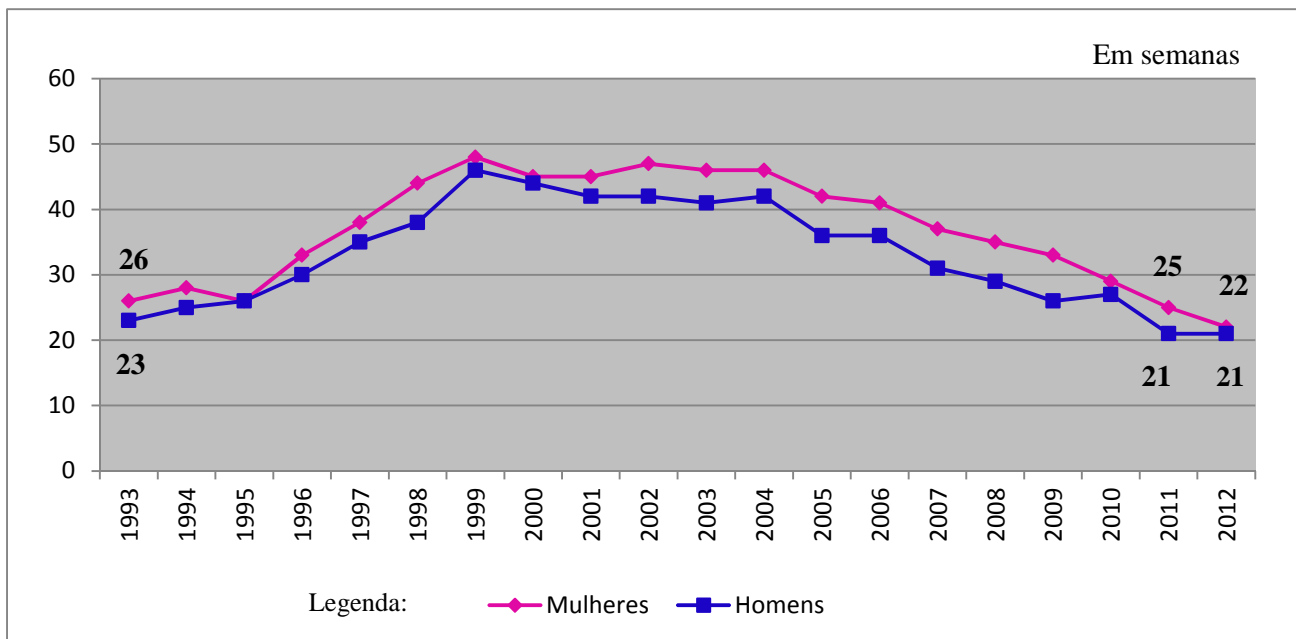
Tabela C
Taxas de desemprego, por sexo, na RMPA — 2011 e 2012
Em porcentagem

Sexo	2011	2012	Varição Relativa 2012/2011
Total	7,3	7,0	-4,1
Homens	6,2	6,0	-2,5
Mulheres	8,7	8,2	-5,9

FONTE: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

4 - O tempo médio de procura constitui-se em outro indicador importante para medir a vulnerabilidade ao desemprego. Em 2012, esse indicador diminuiu somente para as mulheres, ficando estabilizado para os homens. Ambos os valores situaram-se nos menores patamares da série histórica da PED-RMPA: 22 semanas para as mulheres e 21 semanas para os homens. Esse comportamento diminuiu a desvantagem das mulheres, que vêm apresentando o tempo médio de procura constantemente mais elevado que o dos homens (Gráfico 2).

Gráfico 2
 Tempo médio de procura de trabalho, segundo o sexo, na RMPA — 1993-2012



FONTE: PED - RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Crescimento do nível ocupacional atingiu apenas as mulheres

5 - Em 2012, a ocupação cresceu apenas para as mulheres (mais 14 mil ocupadas). Com isso, o contingente feminino ocupado passou para 811 mil. Entre essas, o incremento ocupacional foi de 1,8%, enquanto, para os homens, a ocupação ficou relativamente estável (-0,1%, ou menos um mil ocupados). Todavia a melhor *performance* do nível ocupacional feminino pouco alterou a distribuição da ocupação por sexo na RMPA: a proporção de mulheres no contingente ocupado continua inferior à dos homens, passando de 45,3% em 2011 para os atuais 45,8% (Tabela A).

Tabela D

Índices do nível ocupacional, por setor de atividade e sexo, na RMPA — 2011 e 2012

Base: média de 2011 = 100

Setor de Atividade	2011			2012			Variação Relativa 2012/2011		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total de Ocupados (1)	100,0	100,0	100,0	100,7	99,9	101,8	0,7	-0,1	1,8
Indústria de transformação (2)	100,0	100,0	100,0	101,0	100,5	101,0	1,0	0,5	1,0
Construção (3)	100,0	100,0	(6)	100,0	99,2	(6)	0,0	-0,8	-
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	100,0	100,0	100,0	100,3	98,5	102,6	0,3	-1,5	2,6
Serviços (5)	100,0	100,0	100,0	101,1	100,7	101,3	1,1	0,7	1,3

FONTE: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades maldefinidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (6) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

6 - O incremento ocupacional foi observado em quase todos os principais setores de atividade econômica, com exceção do setor da construção civil, cujo contingente de ocupados ficou estável. Nos setores onde houve crescimento, este foi maior para as mulheres, com destaque para o “comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas”, onde o crescimento da ocupação beneficiou apenas as mulheres (2,6%), uma vez que o contingente masculino nesse setor diminuiu (-1,5%). Há que se destacar também o crescimento mais elevado das mulheres (1,0%) frente aos homens (0,5%) na indústria de transformação, setor que, tradicionalmente, emprega muito mais homens do que mulheres. No setor serviços, o movimento foi semelhante: crescimento de 1,3% para as mulheres e de 0,7% para os homens (Tabelas D e E).

Tabela E

Distribuição dos ocupados, por setor de atividade e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011 e 2012

Setor de Atividade	Em porcentagem					
	2011			2012		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total de Ocupados (1)	100,0	54,7	45,3	100,0	54,2	45,8
Indústria de transformação (2)	17,5	11,5	6,0	17,5	11,5	6,0
Construção (3)	7,0	6,7	(6)	7,0	6,6	0,4
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	19,8	11,2	8,6	19,7	10,9	8,8
Serviços (5)	54,5	24,3	30,2	54,7	24,3	30,4

FONTE: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). (1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades maldefinidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (6) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

7 - As ocupações geradas em 2012 ocorreram, sobretudo, no assalariamento do setor privado com carteira de trabalho assinada, beneficiando, exclusivamente, as mulheres: um crescimento de 2,1% no contingente feminino, enquanto, no masculino, observou-se uma relativa estabilidade (-0,2%). No setor público, a geração de postos de trabalho beneficiou, da mesma forma, apenas as mulheres, cujo contingente apresentou um aumento de 3,4%; o número de homens assalariados no setor público apontou uma queda de -3,2%. Todavia o maior destaque, nas formas de inserção assalariadas, está na redução de 10,5% no assalariamento feminino sem carteira de trabalho assinada, sinalizando o aumento de qualidade na inserção ocupacional das mulheres (Tabela F).

Tabela F

Índices do nível de ocupação, por modalidade de inserção ocupacional e sexo, na RMPA — 2011 e 2012

Base: média de 2011 = 100

Posição na Ocupação	2011			2012			Variação Relativa 2012/2011		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total de Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,7	99,9	101,8	0,7	-0,1	1,8
Assalariados Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,4	99,7	101,3	0,4	-0,3	1,3
Assalariados do Setor Privado	100,0	100,0	100,0	100,3	100,2	100,5	0,3	0,2	0,5
Com Carteira Assinada	100,0	100,0	100,0	100,8	99,8	102,1	0,8	-0,2	2,1
Sem Carteira Assinada	100,0	100,0	100,0	97,0	102,6	89,5	-3,0	2,6	-10,5
Assalariados do Setor Público	100,0	100,0	100,0	100,5	96,8	103,4	0,5	-3,2	3,4
Autônomos	100,0	100,0	100,0	100,0	98,8	102,4	0,0	-1,2	2,4
Autônomos que Trabalham p/ o Público	100,0	100,0	100,0	98,4	98,4	98,5	-1,6	-1,6	-1,5
Autônomos que Trabalham p/ Empresa	100,0	100,0	100,0	105,0	102,4	111,1	5,0	2,4	11,1
Empregadores	100,0	100,0	100,0	100,0	96,4	108,3	0,0	-3,6	8,3
Empregados Domésticos	100,0	(3)	100,0	97,9	(3)	97,9	-2,1	-	-2,1
Mensalistas	100,0	(3)	100,0	95,5	(3)	95,3	-4,5	-	-4,7
Diaristas	100,0	(3)	100,0	103,3	(3)	103,3	3,3	-	3,3
Trabalhadores Familiares	100,0	(3)	(3)	100,0	(3)	(3)	0,0	-	-
Demais (2)	100,0	100,0	100,0	114,3	109,5	120,0	14,3	9,5	20,0

FONTE: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

(1) Inclusive aqueles que não informaram o segmento em que trabalham. (2) Inclui profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. (3) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

8 - Dentre as demais modalidades de inserção ocupacional, destacou-se o expressivo crescimento no número de mulheres empregadoras (8,3%), movimento oposto ao ocorrido com o contingente masculino, que apresentou retração nessa condição de atividade (-3,6%). Também ocorreu aumento no contingente de mulheres autônomas (2,4%), em especial entre as que trabalham para empresas (11,1%). Registre-se que esse último segmento do trabalho autônomo foi o único a apresentar crescimento entre os homens (2,4%). No emprego doméstico, modalidade constituída, em sua quase totalidade, por mulheres, houve queda no contingente, de 2,1%. Ao desdobrar essa categoria em seus componentes, observou-se diminuição de 4,7% no segmento mensalista e crescimento na modalidade de emprego doméstico diarista (3,3%). A tendência de redução do contingente de empregadas domésticas, que se tem revelado nos últimos anos, pode decorrer da maior oferta de empregos formais, com pouca exigência de qualificação e com mais direitos e benefícios, que vem atraindo principalmente as mulheres mais jovens.

Relativa estabilidade no rendimento feminino ampliou diferencial de renda entre os sexos

9 - Em 2012, o rendimento médio real dos ocupados apresentou variação positiva de 0,6%. Esse pequeno incremento decorreu dos ganhos da força de trabalho masculina (1,4%), cujo valor monetário ampliou-se para R\$ 1.776, enquanto o feminino ficou relativamente estável (+0,1), situando-se em R\$ 1.313. Essa diferença nos índices de crescimento da renda do trabalho, em 2012, trouxe um aumento da desigualdade de renda entre os sexos: o rendimento médio real feminino, que, em 2011, equivalia a 74,9% do rendimento auferido pelos homens, passou a representar 73,9% dos ganhos masculinos em 2012 (Tabela G).

10 - Considerando o setor de atividade econômica, ocorreu incremento nos rendimentos em quase todos eles, excetuando-se o setor serviços, cujo rendimento médio real teve retração, porém o decréscimo derivou unicamente da redução no rendimento real das mulheres (-1,2%), haja vista o dos homens ter mantido relativa estabilidade (+0,4%). Sob o olhar das diferenças entre os sexos, percebe-se um expressivo incremento no rendimento das mulheres ocupadas no comércio (8,2%), setor no qual o salário masculino diminuiu (0,9%). Também houve crescimento do salário feminino na indústria de transformação (1,3%), embora com um incremento inferior ao observado no rendimento masculino nesse setor (5,1%). Os ganhos de rendimento na construção (2,9%) beneficiaram apenas, e mais que proporcionalmente, os homens (4,3%). Com esses resultados, o diferencial de renda entre sexos ampliou-se na indústria — setor em que as mulheres auferem a menor proporção do rendimento masculino — e nos serviços, apresentando melhoria para a parcela de ocupados do sexo feminino apenas no comércio. Em 2012, as mulheres auferiram 63,5% do rendimento médio masculino na indústria, 76,8% no comércio e 69,9% nos serviços (Tabela G).

Tabela G

Rendimento médio real (1) dos ocupados (2) no trabalho principal, segundo o setor de atividade e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011 e 2012

Em Reais de Novembro de 2012

Setor de Atividade	2011			2012			Rendimento das mulheres em relação ao dos homens (em %)	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	2011	2012
Total de Ocupados (3)	1.551	1.752	1.312	1.561	1.776	1.313	74,9	73,9
Indústria de transformação (4)	1.447	1.642	1.081	1.500	1.725	1.095	65,8	63,5
Construção (5)	1.459	1.439	(8)	1.501	1.501	(8)	-	-
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (6)	1.334	1.531	1.077	1.359	1.517	1.165	70,3	76,8
Serviços (7)	1.665	1.993	1.414	1.657	2.000	1.397	70,9	69,9

FONTE: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

(1) Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS. (2) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensais que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. (3) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades maldefinidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (8) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

11 - Sob a ótica das modalidades de inserção ocupacional, o diferencial de rendimentos aumentou para as mulheres assalariadas, em decorrência da retração na proporção do rendimento auferido pelas trabalhadoras do setor público, cuja proporção em relação ao salário masculino passou de 80,8% em 2011 para 79,6% em 2012. No assalariamento do setor privado, essa proporção caiu de 77,0% do rendimento dos homens em 2011 para 75,0% em 2012. Com exceção dos autônomos, cuja desigualdade de renda diminuiu, nas demais modalidades de inserção cresceu o diferencial entre os sexos, com o declínio da proporção do rendimento das mulheres em relação ao dos homens (Tabela H).

Tabela H

Rendimento médio real (1) dos ocupados (2) no trabalho principal, segundo a posição na ocupação e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011 e 2012

Posição na Ocupação	Em Reais de Novembro de 2012							Rendimento das mulheres em relação ao dos homens (em %)	
	2011			2012			2011	2012	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres			
Total de Ocupados	1.551	1.752	1.312	1.561	1.776	1.313	74,9	73,9	
Assalariados Total (3)	1.529	1.653	1.373	1.528	1.669	1.354	83,1	81,1	
Assalariados do Setor Privado	1.333	1.476	1.136	1.345	1.505	1.128	77,0	75,0	
Com Carteira Assinada	1.379	1.529	1.174	1.388	1.554	1.167	76,8	75,1	
Sem Carteira Assinada	1.008	1.109	868	1.036	1.175	824	78,3	70,1	
Assalariados do Setor Público	2.606	2.917	2.358	2.555	2.890	2.300	80,8	79,6	
Autônomos	1.336	1.539	957	1.438	1.650	1.047	62,2	63,5	
Autônomos que Trabalham p/ o Público	1.243	1.423	922	1.356	1.546	1.017	64,8	65,8	
Autônomos que Trabalham p/ Empresa	1.647	1.895	(5)	1.694	1.969	(5)	-	-	
Empregadores	3.392	3.596	(5)	3.093	3.401	(5)	-	-	
Empregados Domésticos	744	(5)	739	813	(5)	803	-	-	
Mensalistas	784	(5)	776	846	(5)	832	-	-	
Diaristas	662	(5)	662	745	(5)	745	-	-	
Demais (4)	2.494	2.584	2.376	2.456	2.644	2.242	92,0	84,8	

FONTE: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

(1) O inflator utilizado foi o IPC-IEPE/RS. (2) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. (3) Inclusive aqueles que não informaram o segmento em que trabalham. (4) Inclui profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. (5) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

12 - Como a jornada semanal de trabalho das mulheres é, em média, inferior à dos homens, a análise do rendimento médio real por hora permite uma visão mais acurada das diferenças de renda entre os sexos. Em 2012, os resultados da Pesquisa mostraram estabilidade para o rendimento/hora feminino e crescimento para o masculino. Para as mulheres, esse indicador manteve-se em R\$ 7,48, enquanto, para os homens, passou de R\$ 9,10 em 2011 para R\$ 9,43 em 2012, resultando no crescimento da desigualdade de renda por gênero. Em 2011, o rendimento médio real por hora auferido pelas mulheres correspondia a 82,2% do rendimento/hora masculino. Já em 2012, essa proporção caiu para 79,3% (Tabelas I e J).

Tabela I

Jornada média semanal trabalhada pelos ocupados (1) no trabalho principal, segundo o setor de atividade e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011 e 2012

Setor de Atividade	Em horas					
	2011			2012		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total de Ocupados (2)	43	45	41	43	44	41
Indústria de transformação (3)	43	44	43	43	43	42
Construção (4)	43	43	(7)	43	43	40
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (5)	47	48	45	46	47	45
Serviços (6)	41	44	39	41	44	39

FONTE: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

(1) Exclui os que não trabalharam na semana. (2) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades maldefinidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (7) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

13 - Considerando os principais setores de atividade econômica, constatou-se que as diferenças de rendimento/hora aumentaram no setor serviços e na indústria, mas diminuíram no comércio. De fato, o rendimento/hora das mulheres, que, em 2011, representava 75,0% daquele auferido pelos homens no comércio, passou a representar 80,2% em 2012. Já na indústria, essa proporção passou de 67,4% para 65,0% do rendimento médio/hora masculino e, nos serviços, de 80,0% para 78,8%, ampliando o diferencial de renda nestes dois últimos setores (Tabela J).

Tabela J

Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal, segundo o setor de atividade e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011 e 2012

Em Reais de Novembro de 2012

Setor de Atividade	2011			2012			Rendimento das mulheres em relação ao dos homens (em %)	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	2011	2012
Total de Ocupados (3)	8,43	9,10	7,48	8,48	9,43	7,48	82,2	79,3
Indústria de transformação (4)	8,92	8,72	5,87	8,15	9,37	6,09	67,4	65,0
Construção (5)	7,93	7,82	(8)	8,16	8,16	(8)	-	-
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (6)	6,63	7,45	5,59	6,90	7,54	6,05	75,0	80,2
Serviços (7)	9,49	10,58	8,47	9,44	10,62	8,37	80,0	78,8

FONTE: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). (1) O inflator utilizado foi o IPC-IEPE/RS. (2) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Excluídos os que não trabalharam na semana. (3) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades maldefinidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (8) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

14 - Quanto ao rendimento/hora segundo modalidades de inserção ocupacional, destaca-se o aumento das diferenças de gênero no rendimento do trabalho assalariado. A proporção do salário/hora feminino frente ao masculino caiu de 89,1% para 85,1%, como resultado do movimento nos rendimentos do assalariamento no setor privado: nesse setor, o rendimento médio/hora das mulheres diminuiu (de R\$ 7,82 para R\$ 7,72 no período analisado), enquanto o masculino obteve crescimento (de R\$ 8,78 para R\$ 9,07). No setor público, ao contrário, o diferencial de renda diminuiu, em decorrência do crescimento do rendimento feminino e da queda do rendimento masculino. Assim, o salário feminino no setor público, que representava 85,2% do salário masculino em 2011, passou a representar 86,2% em 2012. Entre os autônomos, a proporção do rendimento auferido pelas mulheres passou de 68,4% para 71,4% do rendimento masculino (Tabela K).

Tabela K

Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal, segundo a posição na ocupação e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011 e 2012

Em Reais de Novembro de 2012

Posição na Ocupação	2011			2012			Rendimento das mulheres em relação ao dos homens (em %)	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	2011	2012
Total de Ocupados	8,43	9,10	7,48	8,48	9,43	7,48	82,2	79,3
Assalariados Total (3)	8,51	8,78	7,82	8,50	9,07	7,72	89,1	85,1
Assalariados do Setor Privado	7,24	7,66	6,32	7,31	7,99	6,28	82,5	78,5
Com Carteira Assinada	7,32	7,94	6,53	7,54	8,25	6,49	82,3	78,7
Sem Carteira Assinada	5,89	6,03	5,48	6,05	6,54	5,20	91,0	79,6
Assalariados do Setor Público	16,02	17,48	14,89	15,71	17,31	14,93	85,2	86,2
Autônomos	7,26	8,17	5,59	7,81	8,57	6,12	68,4	71,4
Autônomos que Trabalham p/ o Público	6,75	7,39	5,52	7,37	8,21	5,94	74,8	72,4
Autônomos que Trabalham p/ Empresa	8,95	10,06	(5)	9,20	10,22	(5)	-	-
Empregadores	15,54	16,47	(5)	14,17	15,58	(5)	-	-
Empregados Domésticos	4,70	(5)	4,67	5,00	(5)	5,07	-	-
Mensalistas	4,36	(5)	4,32	4,60	(5)	4,63	-	-
Diaristas	5,95	(5)	5,95	6,45	(5)	6,45	-	-
Demais (4)	12,40	12,32	12,34	12,21	12,61	11,64	100,1	92,3

FONTE: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

(1) O inflator utilizado foi o IPC-IEPE/RS. (2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclusive os que não trabalharam na semana. (3) Inclusive aqueles que não informaram o segmento em que trabalham. (4) Inclui profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. (5) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Instituições Participantes

Cooperação Técnica Regional: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS); Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE); Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA).

Apoio: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/ Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).